Bases históricas da Biblioteconomia no Brasil: 1930-1940

Adriana Maria de Souza
FESPSP

No Brasil, a década de 1930 despontou um período de grande efervescência trazida com a Revolução de 1930 e a Era Vargas, ao mesmo tempo em que ocorre a crise econômica mundial, com o colapso da Bolsa de Nova Iorque. Nessa ocasião, como aponta Brandão (2023), a Assembleia Constituinte elaborou a democrática Carta de 1934 que possibilitou o direito ao voto feminino, embora facultativo. Em 1935 houve no país, a chamada Intentona Comunista, desencadeada pela Aliança Nacional Libertadora. Ainda nesse período, ocorreu a prisão de Graciliano Ramos, o que rendeu a obra-prima literária, *Memórias do cárcere*, a prisão de Olga Benário, mulher de Luís Carlos Prestes e de Pagu, escritora, poeta e ex-mulher de Oswald de Andrade que foi torturada. Esses movimentos, além de provocarem transformações econômicas, sociais e culturais profundas, como o aumento no número de escolas públicas e universidades, trouxeram também a necessidade de criação de uma força de trabalho, mais qualificada e ordenada do ponto de vista social e político.

> Duramente sufocada por Getúlio, a Intentona foi o pretexto para a escalada autoritária que negaria as conquistas da Constituição de 1934, levando ao Estado Novo em 1937 que duraria até 1945. Com a Intentona e depois o golpe de 1937, várias cidades brasileiras, imitando os autos de boa fé nazistas, queimaram milhares de livros em praça pública (Brandão, 2023, p. 12).

Outro significativo acontecimento foi o *Movimento da Escola Nova*, cujo Manifesto de 1932 apontava a preocupação com equipamentos educacionais para o desenvolvimento da aprendizagem, tais como laboratórios e bibliotecas, na perspectiva de um projeto de nação nos quadros da modernidade capitalista, no qual a escola torna-se um lugar fundamental para um melhor desenvolvimento das forças produtivas (O Manifesto, 1984).

A criação da Escola Livre[1] de Sociologia e Política (ELSP), atual Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), nasceu nessa época conturbada e que, possivelmente tenha sido uma reação à derrota de 1932, que significava uma tentativa de conduzir um processo de modernização nacional alternativo ao chefiado por Vargas "(...) com o malogro da Revolução Constitucionalista, qualquer veleidade de liderar politicamente a nação, na trilha do desenvolvimento, desapareceu. Restava uma solução apenas: a solução pedagógica" (Berlinck, 1973, p. 252).

A ELSP surgiu em 1933, sendo a primeira escola de Sociologia do Brasil, um ano após a derrota paulista na Revolução Constitucionalista. Naquele momento, discutia-se qual modelo de universidade deveria ser instituída no Brasil e que se adaptaria às condições socioeconômicas vigentes, devendo privilegiar a formação profissional científica, com enfoque em pesquisa e aplicação, elevando o nível da cultura geral, com estímulo à investigação científica e propiciando aos estudantes o exercício de atividades que exigissem preparo técnico, acadêmico e científico (Brandão, 2023).

A Escola de Sociologia e Política, mantida pela Fundação, é considerada a mais antiga instituição paulista de ensino superior na área das Ciências Sociais, sua criação em 27 de maio de 1933, deu-se num período extremamente fértil em iniciativas de cunho cultural e educacional no Brasil. Em São Paulo, em particular, ela surge num momento em que a elite econômica e intelectual paulista buscava recuperar a influência política perdida na Revolução de 1930, investindo em projetos educacionais e culturais voltados para a racionalização do trabalho, reforma social e modernização da gestão pública (Kantor, Maciel, Simões, 2009).

A história do surgimento da Biblioteconomia no Brasil, acontece por influência norte-americana, como parte representativa do processo de modernização do país. Em 1929, o Instituto Presbiteriano Mackenzie, em São Paulo, trouxe ao Brasil a bibliotecária americana Dorothy Muriel Geddes Gropp, com a tarefa de organizar um 'Curso Elementar de Biblioteconomia' para treinamento técnico dos funcionários de sua biblioteca que era coordenada por Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo, professora do

[1] O adjetivo "livre" se aplicou às instituições que não eram fiscalizadas pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1930. Em 22 de dezembro de 1949, o Conselho Superior reformou o estatuto original e suprimiu o termo "livre" do nome da Escola, atendendo as Leis de Diretrizes e Bases de 28/10/1948.

colégio. O curso tinha também o objetivo de preparar ela própria que recebera uma bolsa da *American Association of University Women* para um curso na Universidade de Columbia, em Nova Iorque, seguido de um estágio na *Brooklyn Public Library* (Biblioteconomia, 2020).

A criação do Departamento de Cultura em São Paulo contou com a reorganização da Prefeitura da cidade, promovida pelo então prefeito, Fábio da Silva Prado, cuja gestão coube ao intelectual Mário de Andrade, nomeado primeiro Secretário de Cultura do Brasil e também por outros intelectuais revolucionários, como Paulo Duarte e Sérgio Milliet (Biblioteconomia, 2020). No contexto político-administrativo, a existente Biblioteca Municipal foi incorporada ao Departamento, alçada a Divisão de Biblioteca, sendo nomeado como diretor-chefe, Rubens Borba de Moraes, bibliófilo, historiador e pesquisador, que ajudou a organizar, aos 23 anos de idade, a Semana de Arte Moderna de 1922 e, em 1932, criou o jornal clandestino *O Separatista* que defendia a independência do estado de São Paulo, também lutou na Revolução Constitucionalista, dirigiu a Biblioteca Mário de Andrade e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, além de ter sido convidado pela Organização das Nações Unidas (ONU), para administrar o Serviço de Informações e a biblioteca da entidade, em Paris e Nova Iorque (Brandão, 2023). Assim, deve-se a ele, como também a Adelpha Figueiredo, a criação do curso de Biblioteconomia para a formação de pessoas bibliotecárias em São Paulo, preenchendo uma lacuna existente para a organização administrativa e técnica das bibliotecas que despontavam na cidade. Vale mencionar que foram eles os primeiros a lecionarem as disciplinas sobre a *História do Livro* e *Bibliografia* na Escola Livre de Sociologia e Política.

A criação de um Plano Nacional da Educação e a obrigatoriedade de um ensino básico gratuito, levam ao incentivo da leitura e à criação dos primeiros programas para distribuição de livros, centralizados pelo Instituto Nacional do Livro, criado em 1937 pelo Decreto 93 e entre suas competências estava *incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional* (Brasil, 1937).

Com a absorção deste curso originário pela ELSP, na década de 1940, São Paulo teve a oportunidade de conhecer e difundir para o Brasil, a valorização da biblioteca como equipamento fundamental para a democratização da cultura e da educação, alicerçada em bases humanistas e sociais, a partir de uma ampla visão territorial e do papel de

ambas na reconstrução da sociedade. Integrante de uma geração transformadora, imprimiu ao curso, a inovação técnica, intelectual e política necessárias não apenas naquele contexto, mas também nos dias atuais. Também se formou pela Escola, Lenyra Camargo Fraccaroli, participante da Revolução Constitucionalista de 1932, que dirigiu a Biblioteca Infantil Caetano de Campos no período entre 1933 e 1935. A experiência adquirida na direção dessa biblioteca, resultou no convite feito por Mário de Andrade, em 1935 para organizar a primeira biblioteca infantil do Estado de São Paulo e dirigir-lhe as atividades, o que fez até 1961. Foi amiga do escritor Monteiro Lobato por vinte e cinco anos. Fraccaroli e Mário de Andrade foram responsáveis pela criação da Biblioteca Monteiro Lobato, inaugurada em 1936 em São Paulo, sendo a mais antiga biblioteca infantil em funcionamento no Brasil.

Um novo capítulo da era da Biblioteconomia paulista teve outro marco histórico, quando o então prefeito, assina o Ato Municipal de n. 1.146, de 6 de julho de 1936 que, "consolida e modifica disposições referentes aos serviços, repartições e funcionários da Prefeitura e dá outras providências" (São Paulo, 1936). A partir deste Ato, o diretor-chefe da Divisão de Bibliotecas é autorizado a criar um curso de Biblioteconomia funcionando com elementos da própria Divisão. Especificamente, no artigo 195: "ao Chefe da Divisão de Bibliotheca compete superintender a todos os serviços da Divisão e especialmente: organizar anualmente um curso de biblioteconomia" (São Paulo, 1936), além de haver dois outros artigos relacionados à valorização de uma formação profissional para o exercício bibliotecário, sendo:

- artigo 201: "os cargos de bibliothecarios-chefes, 1º e 2º bibliothecarios da Divisão de Bibliothecas só poderão ser exercidos, quando os atuais se vagarem, de acordo com o artigo 271 por candidatos que preencham as seguintes condições: a) curso superior; b) curso de bibliotheconomia.";
- Art. 202: "a juízo do Diretor do Departamento, poderá o chefe da Divisão de Bibliothecas admitir bibliothecarios praticantes, sem ônus para os cofres municipais e fornecer-lhes certificados no fim do estágio caso desejem" (São Paulo, 1936).

A aula inaugural, destinada aos 157 discentes da primeira turma, foi realizada por Adelpha, que lecionou ainda outras disciplinas básicas do curso, tais como: catalogação,

classificação, referência e organização. Em 1938, apesar do sucesso do novo curso, questões políticas suscitaram o corte de subsídios para a sua manutenção. Entretanto, a continuidade do curso pode ser assegurada pela Escola Livre de Sociologia e Política que cedeu salas de aulas, recursos técnicos, além de abrigar os professores que ministravam as aulas. Assim, em fins daquele ano se formaram cerca de 70 profissionais aptos a percorrer o futuro da biblioteconomia nacional (Biblioteconomia, 2020, p. 27-28).

Em maio de 1940, Rubens Borba de Moraes com o apoio de Cyro Berlinck, diretor da ELSP, reabre o curso na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, sediada na Escola Alvares Penteado onde ficou até 28 de outubro de 1954 com 173 alunos matriculados.

Em 1943, por meio do prestígio de Rubens Borba de Moraes, a instituição angariou junto a Fundação Rockefeller, apoio financeiro que se estendeu até 1948. Nesse ínterim, o curso consolidou-se ainda mais por meio da concessão de bolsas de estudo para estudantes de outras cidades e estados brasileiros, tais como: Pernambuco, Bahia e Minas Gerais. Muitos desses estudantes fundaram, em suas regiões, escolas de Biblioteconomia. Após 1945, observa-se a expansão das universidades, a consolidação do ensino privado, a exigência do mundo do trabalho em termos de ciência e tecnologia e com eles a criação de bibliotecas ligadas às universidades (Biblioteconomia, 2020).

Nas décadas seguintes, o papel formador da Escola de Biblioteconomia da FESPSP passa a ser reconhecido e o curso se torna consagrado. Egressos e docentes passam a ocupar os principais cargos diretivos e técnicos, não somente no Estado de São Paulo, mas também em outros locais do país, organizando congressos e fundando os primeiros movimentos associativos da área por meio dos quais passam a liderar as ações que unificaram e profissionalizaram a biblioteconomia no Brasil. Outra notável personalidade que representou conquistas importantes e significativas para a Biblioteconomia, Laura Garcia Moreno Russo, egressa da Escola Livre de Sociologia e Política e que foi uma das responsáveis pela regulamentação da profissão no início da década de 1960 e, também, pela fundação da Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas de Informação e Instituições (FEBAB) em 1962, sendo a primeira presidente da Federação, presidiu também, o Conselho Federal de Biblioteconomia no período de 1966 a 1968. Na área de Biblioteconomia, trabalhou na Academia Paulista de Letras e foi diretora da

Biblioteca Mário de Andrade. Juntamente com Rubens Borba de Moraes e Adelpha Figueiredo, Laura Russo forma a tríade fundadora da Biblioteconomia brasileira, desempenhando atividade intensa nas políticas biblioteconômicas, visando o reconhecimento profissional da categoria, apoiando a criação e a aprovação de legislação, regulamentos e normas técnicas, na defesa e na participação dos bibliotecários nos movimentos associativos, fazendo valer seus direitos políticos (Biblioteconomia, 2020).

Quadro 01 – Corpo docente e disciplinas ministradas no Curso de Biblioteconomia

NOME	DISCIPLINA	CURRÍCULO
Profa. Maria de Lourdes Figueiredo	Organização e Administração de Biblioteca	Diplomada pela Escola de Sociologia e Política com Especialização na Universidade Minesota-Turismo de Magistério
Profa. Regina Carneiro	Catalogação	Diplomada pela Universidade de Columbia
Profa. Noemi do Val Penteado	Classificação	Diplomada pela Universidade de Columbia
Profa. Maria Antonieta Ferray	Bibliografia e Referência	-
Prof. Getúlio Dande Leoni	Paleografia e História do Livro	Doutor em Letras pela Universidade de Bolonha
Prof. Odilon Nogueira de Matos	Introdução à Cultura Histórica	Licenciatura em Geografia e História
Prof. Oswaldo de Andrade Filho	Introdução à Cultura Artística	-
Profa. Heloisa da Almeida Prado	Organização	Diplomada pela Escola de Sociologia e Política
Profa. Noemia Lentino	Classificações e Classificação Especializada	Diplomada pela Escola de Sociologia e Política
Prof. Josué Spina França	Introdução às Ciências Sociais	-
Prof. José Novaes Paternostro	Psicologia	-
Profa. Maria Luiza Monteiro da Cunha	Catalogação de Material Especializado	-
Prof. Abner Lelis Corrêa Vicentini	Documentação	-
Prof. Petronius Matos Coutinho	Introdução à Cultura da Filosofia	-
Profa. Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo	Seleção de Livros	Diplomada pela Universidade de Columbia

Fonte: (Autorização, 1963, p. 141-142).

É importante destacar que, grande parte desses docentes foram formados pela Escola nos cursos de Biblioteconomia e de Sociologia e Política.

Em nove décadas de atividade, a FESPSP tem lugar de protagonismo e destaque na formação de importantes nomes do cenário intelectual do país, contando com personalidades reconhecidas que passaram pela instituição: Adelpha Figueiredo, Rubens Borba de Moraes, Laura Russo, Etelvina Lima, Oswaldo Francisco de Almeida Junior, Waldomiro Vergueiro, Heloisa de Almeida Prado, Noemia Lentino, Fernando Henrique Cardoso, Paulo Henrique Amorim, Darcy Ribeiro, Ricardo Lewandowski, Florestan Fernandes, Luiza Erundina, Roberto Simonsen, Sérgio Buarque de Holanda, Luiz Carlos Trabuco Cappi, Virgínia Leoni Bicudo, Manoel Tosta Berlinck, entre outros.

A formação humanista do curso de Biblioteconomia, afirmou a sua importância histórica e a sua solidez para o campo das ciências sociais aplicadas, apresentando à sociedade um campo vasto de oportunidades e também de desafios, com personalidades que abriram caminhos e construíram uma profissão progressista e sustentável para, além da formação meramente técnica, mas também de pesquisa científica na produção e na disseminação de informações e conhecimentos, visando a continuidade do desenvolvimento da cultura e da educação do país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUTORIZAÇÃO para funcionamento da Escola de Biblioteconomia de São Paulo. **Documenta**, n. 11, jan.-fev., 1963. Disponível em: https://repositorio.fespsp.org.br/handle/123456789/622. Acesso em 20 jul. 2026.

BERLINCK, Cyro. Comemorações do 40º aniversário da Escola de Sociologia e Política de São Paulo. **Ciências Políticas e Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 251-253, 2º. semestre, 1973.

BIBLIOTECONOMIA: passado e futuro de uma profissão. São Paulo: Sociologia e Política, 2020. Disponível em: https://fespsp.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Livro-Biblioteconomia_web_pag-simples-1.pdf. Acesso em: 20 jul. 2026.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **Escola de Sociologia e Política**: 90 anos. 2ª. ed. São Paulo: Sociologia e Política, 2023.

BRASIL. **Decreto Lei** n. 93, de 21 de dezembro de 1937. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-93-21-dezembro-1937-350842-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 20 jul. 2026.

FIGUEIREDO, Adelpha Silva Rodrigues de Figueiredo. Considerações sobre a história da biblioteconomia em São Paulo. **Diário Popular**, São Paulo, 17 abr., 1959.

KANTOR, Iris, MACIEL, Débora A., SIMÕES, Júlio Assis (Orgs.). **A Escola Livre de Sociologia e Política**: anos de formação, 1933-1953. 2ª. ed., rev., ampl. São Paulo: Sociologia e Política, 2009.

O MANIFESTO dos pioneiros da educação nova. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, n. 65, p. 407-25, maio/ago., 1984.

SÃO PAULO (cidade). Ato Prefeito –PREF n. 1.146 de 6 de julho de 1936. Consolida e modifica disposições referentes aos serviços, repartições e funcionários da Prefeitura, e dá outras providências. **Diário Oficial da Cidade**, parte 1, 7 jul., 1936. Disponível em: https://legislacao.prefeitura.sp.gov.br/leis/ato-gabinete-do-prefeito-1146-de-7-de-julho-de-1936. Acesso em: 20 jul. 2026.